

“AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO: GLOBALIZAÇÃO E TRÓPICO.”

ANTÔNIO MARIA DA SILVEIRA

(EPGE / FGV)

LOCAL

Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190 - 10º andar - Auditório

DATA

06/11/97 (5ª feira)

HORÁRIO

16:00h

Coordenação: Prof. Pedro Cavalcanti Gomes Ferreira
Email: ferreira@fgv.br - ☎ (021) 536-9250

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO: GLOBALIZAÇÃO E TRÓPICO

Antonio Maria da Silveira
Professor Visitante da CAPES no PIMES
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Expõe-se um programa de pesquisa sobre a natureza indeterminada do conhecimento científico, estendendo-o para análise da avaliação do desempenho acadêmico, e a consequente formulação de propostas de mudança. Considerando os diferentes níveis de abstração na tricotomia ciência pura, aplicada e arte da ciência, observa-se que a avaliação pressupõe a primeira apenas, constituindo-se, no mínimo, em exemplo de vício ricardiano. Sendo mais um transplante acrítico de ocorrências nos USA, onde a flexibilidade permite passagens da economia aplicada e de sua arte para outros departamentos, nosso sistema de avaliação está prejudicando a universidade e o país, particularmente nas regiões mais pobres.

Classificação do *Journal of Economic Literature* para artigos: B 41, H 52, I 28.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO: GLOBALIZAÇÃO E TRÓPICO¹.

Antonio Maria da Silveira²

Apresentaremos o tema ao longo de duas partes. A primeira através da taxonomia que usamos para análise de uma indeterminação do conhecimento científico. Esta matéria é bem geral, mas desenvolvida no campo da Economia, com apenas referências ligeiras a outros campos. Trata-se do núcleo de nosso programa de pesquisa, a indeterminação de Senior e o vício ricardiano.

Na segunda parte, relatamos a concentração em teoria pura nos departamentos de economia dos USA, e a consequente redução do mercado de trabalho dos recém-doutorados. Dado o transplante acritico deste problema para o nosso país, generalizamos um aspecto da avaliação de desempenho quando o fenômeno é complexo, e procuramos mostrar como uma dita postura de **globalização** está enviesando nossa atividade acadêmica, particularmente em detrimento do **trópico**. A postura pode ainda ser interpretada como vício ricardiano dos avaliadores.

I - O Vício Ricardiano e a Indeterminação de Senior

O vício ricardiano, segundo Schumpeter (1986, pp. 540, 1171), que o identificou e denominou, é o

hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas também convincente.

Eles [Senior, Mill e outros] quiseram apenas dizer que as questões de política econômica envolvem sempre tantos elementos não-econômicos, que seu tratamento não deve ser feito na base de considerações puramente econômicas(...) poder-se-ia apenas desejar que os economistas daquele (como de qualquer outro) período nunca se esquecessem deste toque de sabedoria -- nunca fossem culpados do Vício Ricardiano(...).

Desenvolvemos essa matéria a partir do seguinte quadro geral de referência, onde reconhecemos o conhecimento em termos de ciência pura, como física ou economia pura, ciência aplicada, como ciências da engenharia ou economia social, e arte da ciência. Definimos essas três esferas do conhecimento em termos da motivação, do comprometimento e da linguagem de seus especialistas.

Quadro Geral de Referência: A Indeterminação de Senior e o Vício Ricardiano

Conhecimento		Exemplos	Motivação	Comprometimento	Linguagem	Objeto
Ciência Pura: Física, Economia Pura		Debreu Pasinetti	Saber-Porque	Teoria: Navalha de Occam	Lógica	Universal e Necessário
Ciência Aplicada: Ciências da Engenharia, Economia Social		Myrdal Hayek	Saber-Porque/ Saber-Como	Teoria: Aplicabilidade	Dialógica	
Arte da Ciência	Academia	Myrdal Furtado	Compreensão do Todo	Aplicação de Teorias – História, Estudos de Casos	Coerência Orgânica	Universal, Necessário e Específico
	Prática	Sully Furtado	Ação: Saber-Como	Produtos/Processos, Pacientes, Políticas	Advocacia	

¹ Este artigo é dedicado a Margaret Hanson Costa. Apresentado no Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, núcleo temático “Trópico e Globalização”, o texto foi reescrito enquanto o autor se encontrava como professor visitante da CAPES no PIMES/UFPE.

² Secretário Executivo da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), Professor da EPGE/FGV (Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Os cientistas puros têm a motivação no saber-porque, no conhecimento pelo conhecimento. O comprometimento é com a teoria em formato hipotético-dedutivo, cujos atributos podem ser englobados na chamada Navalha de Occam: os postulados devem apresentar coerência lógica, ser independentes, necessários e suficientes, conter fertilidade lógica e conexão múltipla, permitindo o desenvolvimento de teoremas de forma simples e elegante.

A linguagem é certamente a lógica formal. Nela distinguimos o princípio da contradição, o “é” ou “não é”, o oito ou oitenta, o sim ou não: os conceitos devem apresentar distinção discreta. Isto permite longas cadeias de raciocínio, com a utilização de todo o poder da lógica, particularmente na orientação do trabalho empírico.

O problema está na redução dos conceitos para que atendam ao princípio da contradição. Físicos definem gás perfeito, corpo rígido ou indeformável, movimento sem atrito, construtos que, estritamente falando, não possuem contrapartida na realidade (Nagel 1963, p. 215). Economistas neoclássicos criam homem econômico, concorrência perfeita, cabendo aqui explicitar, como físicos o fazem, *comportamento sem ética*.

O comportamento humano, entretanto, é um fenômeno mais complexo, de formalização mais difícil. Tomemos o modelo do ser humano adotado por Wagner (1986, p. 117), contemporâneo de Marshall, e com papel semelhante na história do pensamento econômico alemão. Nossa ação no trabalho, nossa ação industrial, tem cinco motivações.

Primeiro, a busca do interesse próprio, ou o medo de passar necessidade -- Wagner sempre coloca em termos positivos e negativos. Segundo, o desejo da aprovação, ou medo da punição. Terceiro, o senso de honra, ou o medo da desmoralização. Quarto, o desejo da ação e do exercício de poder, ou o medo do tédio.

Essas quatro motivações que, isoladamente ou em conjunto, são capazes de determinar o comportamento humano, podem ser englobadas numa motivação egoísta, como o próprio Wagner sugere. A quinta, a motivação ética, é o senso do dever, ou o medo da consciência.

Numa forma simplificada, temos então a soma de duas forças na determinação do comportamento, uma egoísta e outra ética. Não podemos dizer muito sobre a resultante, entretanto, pois ocorre novidade na composição. O problema é bem geral nos fenômenos sociais, mas existe já na química, como elabora Georgescu-Roegen (1967, pp. 17-30).

Conhecendo as propriedades do hidrogênio e do oxigênio não conseguimos derivar todas as propriedades da água; logo, podemos ser forçados a tomar o composto como unidade analítica. De maneira mais ostensiva, conhecendo todos os elementos que compõem o organismo humano, nada sabemos consequentemente afirmar sobre nosso comportamento social. Mais simplesmente, conhecendo todos os membros de uma comissão, sabendo de suas posições numa questão em pauta, não temos meios de prever na certeza o resultado da reunião.

Novidades tendem a ocorrer na troca de informações, mudando votos de vários participantes. Em reuniões mais sérias, podem verificar-se também mudanças de formação, mudanças na maneira de ver o fenômeno, na sua interpretação, modificando novamente votos. Assim, é perfeitamente legítimo tomarmos grupo como unidade de análise teórica. As limitações na adoção do ser humano como unidade analítica não se mostram menores do que os problemas na adoção do grupo.

Knight (1960, p. 36), o maior filósofo neoclássico do século, afirma que a história determina o homem muito mais do que o homem determina a história. Podemos discordar no “muito mais”, advogar o “muito menos” ou o “talvez tanto quanto”. Mas afirmar apenas

que “o homem determina a história” (indivíduo como unidade analítica), é assumir uma visão parcial do fenômeno: a escola neoclássica encontra-se aqui. No outro oposto, no “a história determina o homem” (grupo como unidade), acha-se a parcialidade da escola marxista.

Teorias puras de ambas as escolas atendem a todo rigor lógico ou matemático, mas esta linguagem não nos permite tratar a nebulosidade do “muito mais” ou do “talvez tanto quanto”, nebulosidade com a qual a realidade social costuma se apresentar. Esta realidade não é moldável nos termos da matéria inerte, como no caso da construção de corpos suficientemente rígidos, ou gases adequadamente puros, para uma aplicação ou outra.

Não podemos igualmente moldar homens suficientemente econômicos, felizmente (permitam-nos este juízo de valor). Assim, para ir fundo na investigação do fenômeno econômico precisamos levar em conta elementos comportamentais estudados em outras teorias e ciências. Tirando um exemplo do próprio Knight (1960, p.111), na linha de Senior, Mill e Schumpeter, uma melhor compreensão da política econômica requer o uso de todas as ciências sociais, particularmente história e ética.

É claro que numa teoria pura e abstrata, como a neoclássica, é perfeitamente legítimo pressupor comportamento sem ética, tomando apenas a motivação egoísta. Mas numa teoria aplicada não podemos fazê-lo. Existe aqui o comprometimento, não com os atributos ou a Navalha de Occam, mas com a aplicabilidade direta do conhecimento.

A motivação do cientista da economia aplicada ou social é assim com um saber-porque que engloba o saber-como. Não se pode simplesmente abstrair os elementos não-econômicos, universais e necessários para a ocorrência do fenômeno, apenas por não se ter conseguido integrá-los logicamente em moldes hipotético-dedutivos.

A linguagem não pode ser a lógica. Os conceitos não mais atendem o princípio da contradição, pois existe o talvez, o muito, o quase, existe o é-e-não-é. Lembrando March e Simon (1959, p. 1), “o mundo tem uma forma desconfortável de não se permitir colocar em classificações nítidas” e, acrescentemos, exaustivas.

Com a matéria inerte ocorre o fato, é certo, mas quase sempre amenizado pela capacidade de moldar o fenômeno. A ciência da engenharia é a esfera do conhecimento que desenvolve versões aplicáveis das teorias físicas. Usam-se já aqui primeiras aproximações, soluções aproximadas. Equações diferenciais são substituídas por desconfortáveis e embaraçosas tabelas, mas as teorias tornam-se diretamente aplicáveis.

Chamamos de dialógica essa linguagem de primeiras aproximações e do é-e-não-é. Enfatizamos com o nome a pertinência do diálogo, em oposição à lógica que é imperativa. A partir de postulados, o raciocínio lógico correto leva-nos a teoremas imperativamente aceitos. Esta segurança do certo ou errado é perdida na dialógica da ciência aplicada. Mas, pela aproximação entre os construtos e suas contrapartidas reais, ganhamos aplicabilidade direta com proposições plausíveis.

Tomemos Keynes. Um dos seus maiores críticos da atualidade é Buchanan (1985, pp. 189-226), líder da chamada revolução da escolha pública. A crítica fundamental é que Keynes usa dois modelos para o mesmo ser humano, o homem econômico no setor privado, e o homem político no setor público. Os dois construtos são iguais a menos do objetivo, o primeiro buscando o interesse próprio, o segundo o interesse público (Silveira 1996, pp. 42-4). A incoerência é inaceitável numa teoria pura, mas este não era o comprometimento de Keynes. Seu ponto era construir uma teoria diretamente aplicável à realidade. Logo, observamos sua dialógica com construtos diferentes como primeiras aproximações em setores distintos.

É bom frisar que a matemática é também usável, e largamente usada, como primeira aproximação nos modelos da economia social. Um exemplo interessante na teoria do crescimento é a evolução da pesquisa de outro grande economista, Kaldor. Usando suas palavras, como citado em Lawson et al (1989, p. 2):

Esse artigo [Kaldor, 1966] marcou o final de uma série teórica em crescimento, desenvolvida através de raciocínio dedutivo a partir de axiomas macro-econômicos de caráter bem geral. Segui posteriormente um método diferente: tentava encontrar que espécies de regularidades podiam ser detetadas em fenômenos empiricamente observados, e então tentava descobrir quais hipóteses particulares e testáveis seriam capazes de explicar a associação. Conscientizei-me dessa abordagem mais pragmática durante a guerra, quando era usada por cientistas para fins de 'pesquisa operacional'. É uma abordagem que é mais modesta em escopo (por não buscar explicações derivadas de um modelo geral do sistema), mas também mais ambiciosa, ao objetivar diretamente a descoberta de soluções (ou remédios) para problemas reais.

Perde-se em conexão múltipla, atributo básico de teorias puras, ganha-se em aplicabilidade. Em alguns casos podemos ainda ignorar outras ciências sociais na construção do conhecimento aplicado. Finanças é um campo em que isso é frequentemente possível. No geral, entretanto, a interdisciplinaridade é indispensável. Usamos Myrdal e Hayek como exemplos de economistas sociais, em oposição a Debreu e Pasinetti na ciência pura. Tomemos a citação do Prêmio Nobel de 1974 (Lundberg 1975, pp. 242-3):

Ambos [Myrdal e Hayek] têm mostrado um interesse dominante em problemas de política econômica, incluindo possíveis mudanças na estrutura organizacional, institucional e legal da sociedade. Myrdal tem usualmente advogado reformas numa linha não-convencional e radical, enquanto Hayek tem buscado melhorar a viabilidade de um sistema liberal, individualisticamente orientado. Estas diferenças de coloração política são, contudo, inteiramente subordinadas a uma comunhão de atitude sobre a pesquisa em ciências sociais: a convicção de que as maiores questões sócio-econômicas de nosso tempo não podem ser completamente entendidas sem um alargamento interdisciplinar do domínio dos problemas estudados, assim como da metodologia aplicada.

Lendo Myrdal (1969, p.10), destacamos:

A razão para esse desrespeito [pelas fronteiras rígidas entre ciências sociais] foi meu crescente reconhecimento do fato de que na realidade não existem problemas econômicos, sociológicos ou psicológicos, mas simplesmente problemas, e de que, em princípio, eles são complexos.

Hayek, como citado por Lundberg (1975, p. 242), mostra-se mais radical nesta dimensão:

Mas ninguém que é apenas um economista pode ser um grande economista -- e estou tentado a afirmar que um economista que é apenas um economista tornar-se-á provavelmente um inconveniente, se não um iminente perigo.

A postura de Hayek não é a nossa, pois aceitando a divisão de trabalho mostrada no quadro geral de referência, não há como não reconhecer também grandeza em especialistas. Mas no que concerne à aplicação do conhecimento, concordamos inteiramente no “iminente perigo” do economista puro, bastando lembrar o vício ricardiano.

Passando à arte da ciência, é melhor considerarmos inicialmente a medicina: “Na prática médica não há doenças, mas pacientes”. O significado é simples: na construção de sua ciência, o médico acadêmico ignora as especificidades do organismo ao buscar a caracterização da doença, a identificação dos elementos universais e necessários para sua ocorrência.

Na prática, o médico profissional precisa observar as especificidades do organismo de cada paciente, pois sabe que elas podem ser mais importantes do que os elementos gerais que caracterizam a doença. Especificidades do organismo combinam também com elementos gerais, ocorrendo novidades na combinação. Assim, cada caso é um caso.

O médico, com seu diagnóstico e com sua receita, advoga uma solução, o tratamento que julga ser melhor. Se tomarmos um arquiteto, seu projeto pode constituir-se apenas de plantas e memórias de cálculo, sem uma simples proposição em português corrente. Mas com o projeto ele está advogando uma solução, dentro das especificações que lhe foram dadas. E observe que é esperado que o projeto varie com o arquiteto.

Para o economista na prática, a situação é semelhante. Ele advoga uma solução, uma política econômica, dentro das especificações que lhe foram dadas, dadas pelos políticos na democracia, pelos déspotas nas ditaduras, ou simplesmente por ele próprio na tecnocracia. Tecnocracia aqui é a versão moderna da teocracia: a ciência determinando o que deve ser feito, em substituição à religião (caso que ainda se observa no Irã de hoje e, ocasionalmente, em nosso país também).

Advocacia é assim a linguagem dos profissionais. A motivação está no saber-como, teorias importando apenas na medida em que informam a ação. O comprometimento é com produtos e processos, com pacientes, com políticas. Falamos do economista na prática, mas existe também a arte da economia como especialização acadêmica. A motivação é a compreensão do fenômeno como um todo, no que tem de específico, universal e necessário. O comprometimento é com a aplicação de teorias, como na história e no estudo de casos. A linguagem é a coerência orgânica, como bem definida por Schumpeter (1986, pp. 812-3):

não devemos esquecer que, embora a pesquisa [histórica monográfica], mais o estudo coordenado de seus resultados, nunca venha a produzir teoremas articulados, ela pode realizar, para mentes apropriadamente condicionadas, algo que é muito mais valioso. Ela pode gerar uma mensagem sutil, transmitir um entendimento íntimo dos processos sociais ou especificamente econômicos, um senso de perspectiva histórica ou, se preferem, a coerência orgânica das coisas, cuja formalização é difícil ao extremo, talvez impossível.

Exemplificamos com Myrdal e Furtado a arte da ciência na academia, e com Sully e Furtado a arte na prática. Myrdal está aqui por seus primorosos estudos de caso, como o do racismo nos USA, citado na premiação Nobel; Furtado por suas pesquisas em história econômica. Na prática, temos Furtado com seus planos de desenvolvimento, seus testemunhos analíticos sobre o caso brasileiro e suas análises críticas de nossas políticas governamentais.

Sully foi ministro de Henrique IV, na França de 1600. Um dos homens célebres da humanidade, segundo seleção nas biografias de Cantu (s/d, pp. 26-31), é apontado por Schumpeter (1986, p. 169) como um dos maiores ministros da economia da França. Apesar de nada saber sobre teoria alguma, sabia perfeitamente usar a política fiscal na consecução de objetivos econômicos. Usamos ainda o exemplo para enfatizar a razão de ser da própria ciência.

A contribuição social e econômica da academia está primeiro nos economistas profissionais que forma. Dando-lhes teorias, eles não precisam ser gênios para alcançar o nível de desempenho de um Sully. A segunda forma de contribuição direta da ciência está justamente nos professores que, da universidade, trabalham na sua arte. Eles usam da economia social como “caixa de ferramentas”. Logo, a contribuição indireta da ciência aplicada, como bem de capital.

Os cientistas aplicados, por sua vez, usam de teorias da ciência pura como casos-limites, como cenários lógicos que balizam e testam seus raciocínios. Ciências puras são

assim bens de capital para construção de teorias aplicadas. Com esse quadro, podemos então formular o que chamamos de Indeterminação de Senior (Silveira 1991, p. 79):

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias econômicas puras e todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas -- sob a forma do que não pode ser feito -- são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso.

O vício ricardiano é assim a prática de ignorar a indeterminação de Senior. Cabe realçar que o programa de pesquisa torna patente a multiplicidade de formas complementares do conhecimento científico, e aponta as limitações de cada uma delas. O vício é então a relutância do especialista no reconhecimento das limitações de sua especialização.

II - Avaliação do Desempenho

Alocações de recursos para a academia, assim como avaliações de seu desempenho, precisam obviamente levar em conta as três esferas de abstração em que o trabalho científico necessita ser conduzido. Não é, entretanto, o que observamos no país, pelo menos no campo da economia, onde a divisão de trabalho é menos nítida dentro da própria comunidade, e praticamente desconhecida pelo público. Nossa tese é que a tentativa de estabelecer uma falsa postura de **globalização**, o viés pela mais universal economia pura, tem consequência danosa para o país, particularmente para as regiões mais pobres, ou para o **trópico**, como aqui entendido³.

Devemos começar pelos USA, pois o problema é em boa parte um transplante acrítico do que lá vem ocorrendo. Foi recentemente publicado o relatório da chamada Comissão Krueger (1991, pp. 1035-53), que buscou analisar a situação adversa do mercado de recém-doutorados. Formada pela Associação Americana de Economistas, a Comissão foi composta por doze professores, dentre eles Arrow, Prêmio Nobel de 72, e Lucas, que veio a ser o laureado de 95⁴.

O problema central, ou a preocupação maior, foi a extensão em que o ensino de pós-graduação tornou-se por demais distanciado dos problemas econômicos reais. O fato é que o mercado para os recém-doutorados estava diminuindo, havendo queixa generalizada dos empregadores sobre a incapacidade deles no relacionar teoria e prática.

Mais de 50% dos empregadores eram organizações não-acadêmicas e escolas aplicadas, como administração e políticas públicas. Em sua análise, a Comissão não se refere ao vício ricardiano, para nada dizer da divisão de trabalho desenvolvida no quadro geral de referência, mas focaliza apenas a economia pura.

A recomendação é que o currículo permaneça substancialmente o mesmo, mas que professores do núcleo básico do PhD (macro, micro e econometria) exemplifiquem com fatos reais o desenvolvimento da teoria. Por outro lado, os professores dos campos são

³ Em 1973, a pedido do então Reitor do ITA, escrevemos uma crítica ao primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quando acusamos seu viés para a arte da ciência. Tratava-se de um estímulo desarmonioso, que só poderia ter resultados perniciosos para a universidade, apesar dela ser ironicamente apontada como maior beneficiária. A mesma razão leva-nos agora a posição aparentemente oposta. A crítica, publicada quando havia ainda dúvidas sobre seu entendimento como contestação à "Revolução" (Silveira, 1974), veio a tornar-se no artigo precursor deste programa de pesquisa.

⁴ Em Silveira (1994, pp. 212-3), compusemos um quadro com a tradução de todos os trechos a que nos referimos no presente texto.

instados a tratar com o real, transmitindo o conhecimento necessário para a ligação da teoria com a prática.

Como, simultaneamente, a Comissão não aceita que os cursos tenham sua duração estendida, a recomendação é inviável, pois os professores dos campos têm que ensinar suas próprias teorias. Voltando ao quadro geral de referência, a recomendação significa tomar o núcleo básico do doutoramento em física, e acoplá-lo a campos do programa de doutoramento em engenharia! De fato, no pouco em que se poderia acatar a Comissão, o efeito seria estimular ainda mais o vício ricardiano.

Reconhecendo como verdadeira a queixa maior dos empregadores, a incapacidade de relacionar teoria e prática, a Comissão chega a chamar os recém-doutorados de “doutos-idiotas”. Não vemos problema, entretanto, na formação de físicos para o ensino e a pesquisa, para transmissão e desenvolvimento do conhecimento puro apenas, sem a menor condição de projetar produtos e processos -- para a defesa da mesma abordagem em economia, veja Silveira (1997).

Assim também, o economista puro, especializando-se na transmissão e construção de suas teorias, não pode ser visto como duto-idiota. A formação de profissionais é do campo da economia social, em paralelo com a ciência da engenharia. A redução do escopo viabiliza a aproximação com a realidade, com incorporação e entrelaçamento de outras ciências sociais, como vimos na primeira parte. A incapacidade de relacionar teoria e prática não se coloca então.

Assim, parece-nos mais apropriado chamar de “doutos-idiotas” os doze participantes da Comissão, no que não precisamos deixar de considerá-los “grandes economistas”. O problema é que se esqueceram da indeterminação e do vício ricardiano. Schumpeter (1986, pp. 540-1) afirma que isso é generalizado entre neoclássicos, e o fenômeno ocorreu com a ênfase que Sidgwick, Cairnes e Weber deram à questão de juízos de valor.

A comunidade assimilou, pelo menos em princípio, que os juízos de valor que são necessários na passagem da teoria para a prática, são estranhos à atividade científica. Mas perdeu simultaneamente, entretanto, a consciência sobre o vício ricardiano, sobre o erro ao relacionar diretamente teorias puras com a realidade.

A Comissão relata que os departamentos aplicados estão passando a formar os doutores em economia que lhes são necessários. Dado que os departamentos de economia se especializaram em teoria pura, e dada a flexibilidade do sistema educacional dos USA, esta é a resultante esperada, não cabendo lamentos. Mas a Comissão lamenta que esses economistas aplicados ou, mais geralmente, sociais, não comandem a rigorosa formação pura. Passando à matéria inerte, seria o lamento de que a maioria dos recém-doutores em engenharia ignora o rigor da mecânica quântica, usando apenas a newtoniana!

Tomemos agora o problema da avaliação do desempenho, tratando-o de maneira bem mais pragmática -- baseamo-nos em Silveira (1984, pp. 370-1), num entrelaçamento de trabalhos de March (1978, p. 603), Simon (1979, p. 285) e Morgenstern (1963, p. 26). *Num fenômeno complexo, como a política econômica ou o trabalho acadêmico, (a) o estabelecimento de critérios rígidos de desempenho, tende a levar os avaliados a buscarem boas notas, não importando o que esteja ocorrendo com o fenômeno ou, mesmo, em detrimento dele.*

Como exemplo na universidade, é comum o aluno que estuda para passar, não para aprender. Na prática, observamos ministros concentrando-se em variáveis que são utilizadas na avaliação de seus desempenhos, em detrimento do que vem ocorrendo com aspectos não mensurados. Tivemos isto na ditadura. O “milagre econômico” foi a concentração da política na busca do crescimento, não importando nem mesmo a inflação.

Num fenômeno complexo, continuando, (b) o estabelecimento de medidas rígidas tende a levar alternativamente os avaliados a falsificar o desempenho. Seguindo nos exemplos anteriores, a “cola” dos estudantes, ou a falsificação de dados para o FMI -- até o então Ministro Funaro caiu nessa.

As duas proposições focalizam a questão da mudança do fenômeno com a introdução de sistemas de avaliação. Esse problema é mais sério no Brasil. O fato dos departamentos dedicarem-se à teoria pura nos USA, pode ser interpretado como consequência não-intencionada da tendência, como indicada por Margenau (1966, p. 36), à abstração crescente na evolução da teoria pura. A avaliação do desempenho teria apenas realimentado a tendência, levando à reação do mercado não-acadêmico e das escolas aplicadas.

No Brasil, o costume de transplantar incorretamente o que lá vem acontecendo assume frequentemente importância maior⁵. Assim, o transplante da avaliação de desempenho pode assumir a condução do processo de mudança. Por outro lado, nossa rigidez institucional tende a impedir o deslocamento da formação do economista social para os departamentos aplicados. À primeira vista, esta é a situação.

Se observarmos os órgãos governamentais que apoiam a atividade acadêmica, vemos o estabelecimento de medidas rígidas de desempenho ajustadas apenas à economia pura. Artigos publicados no exterior comandam bem mais pontos do que quando publicados em revistas “não-indexadas” do país⁶. Ora, é muito mais fácil publicar no exterior um trabalho teórico puro do que um empírico ainda nesta esfera de abstração maior. A dificuldade multiplica-se no caso de trabalho teórico ou empírico em economia social e, mais ainda, em arte da economia.

O caso brasileiro não comanda interesse maior na comunidade acadêmica internacional, a não ser em experiências de difícil observação nos desenvolvidos. O problema reproduz-se internamente. Artigos publicados em revistas “indexadas”, valem bem mais do que artigos nas demais revistas do país. Ora, não há uma única do Nordeste, e “os temas de maior interesse da região não comandam igual audiência nacional”.

A “discriminação” ocorre até na seleção de artigos submetidos ao Encontro Nacional de Economia. Em parte compensatoriamente, os colegas do Nordeste procuram agora desenvolver o Encontro Regional de Economia da própria ANPEC -- a frase entre aspas do parágrafo anterior está em nosso registro de reunião com os coordenadores locais da pós-graduação, em 1997.

Se observamos trabalhos em história e estudos de casos, como há necessidade de entrelaçar especificidades com elementos universais e necessários, existe mais tendência à publicação de livros ou artigos longos, ocorrendo penalização também aqui. Livros comandam menos peso do que artigos em revistas “indexadas”. Nada de errado como norma geral na economia pura, mas não se aplica da mesma forma à arte da economia.

Noutro aspecto, o marco de separação entre teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico é da década de cinquenta (Blaug 1985, p. 95); exigir que trabalhos ou programas de mestrado voltados para desenvolvimento utilizem modelos recentes de crescimento, um viés comum entre desinformados economistas puros, é inviabilizar a pesquisa em desenvolvimento econômico.

⁵Veja Silveira (1987, pp. 51-3), para o calamitoso transplante do “open”.

⁶Veja os critérios de avaliação da CAPES, relativos ao período 1994/95. Para conexões com a literatura brasileira, assim como a internacional na questão específica do desempenho acadêmico, veja Dias e Melo (1996, pp. 21-32). Esse trabalho é inteiramente compatível com o nosso.

A tendência é assim levar todos os centros de pós-graduação em economia à especialização em teoria pura. É irônico. Um país pobre concentrando-se em um bem público, livremente disponível para construção da teoria aplicada e do estudo de casos. Não queremos dizer que não se deva subsidiar a especialização em teoria pura. Ela é necessária, pois o diálogo com seus especialistas é importante para o aperfeiçoamento da economia social.

A realização da pesquisa pura no país é ainda relevante pelos juízos de valor embutidos nas próprias teorias, pela ideologia científica (Schumpeter 1949, p. 15). O problema é de concentração, ficando mais desconcertante quando se lembra que a justificativa social da ciência encontra-se diretamente representada justamente pelos colegas mais discriminados, pelos que se miram em Myrdal e Furtado.

Em termos internacionais, Myrdal e Hayek são os dois únicos casos de laureados-Nobel na categoria “pensamento inovativo não-formalizado”. Dois em quarenta! Será que a comunidade, particularmente nos USA, está consciente de não mais apresentar condições para o surgimento de economistas nesta linha?

Será que a comunidade acadêmica brasileira está disposta a omitir-se coerentemente nas questões de política econômica, consciente do não mais desenvolver o conhecimento necessário à sua compreensão? Deixaremos esta atividade para outras ciências aplicadas, como administração e políticas públicas? É claro que não tendo a necessária formação interdisciplinar, os economistas que se aventuram na política econômica tendem a ser doutos-idiotas ou, no mínimo, viciados ricardianos⁷.

Continuando com o problema de avaliação, *num fenômeno complexo e ambíguo*, (c) *a fixação de medidas rígidas de desempenho tende a beneficiar quem as fixa*. Um exemplo na política econômica encontra-se em interpretação de Furtado (1983, pp. 16-7), no seu livro *Não*:

O que importa ter em conta é que essa instituição [FMI] foi transformada, mediante adoção de um regime de rígidas condicionalidades ligadas ao sistema de crédito ampliado, em instrumento para impor aos países do Terceiro Mundo normas tendentes a aprofundar a internacionalização de suas economias, que deixam de ser sistemas autocontroláveis para tornarem-se extensões do mercado internacional.

Na universidade, o exemplo seria o de colegas em economia pura fixando enviesadamente os critérios de avaliação, e de distribuição de recursos, das instituições governamentais de apoio à pesquisa e aos centros de pós-graduação. A resposta ocorre no questionamento desses critérios, pois *num fenômeno complexo*, (d) *a fixação de medidas rígidas de desempenho tende a levar os avaliados ao questionamento delas*. É este *não* que estamos agora fundamentando.

Esta aplicação do nosso programa de pesquisa legitima a contestação do que vem ocorrendo com a avaliação do desempenho acadêmico no país. A questão dos trópicos é claramente mais importante. A continuar na linha em que estamos, não teremos mais Furtados, não teremos mais, nos centros de pós-graduação em economia, estudos históricos e análises de casos para a tentativa de compreensão do fenômeno e superação do atraso.

Mal interpretada, a globalização do desempenho seria a ênfase no que é universal e necessário, em detrimento do específico. Em termos igualmente danosos, convém lembrar, trópico seria o oposto, ênfase no específico em detrimento do universal. O ponto é

⁷Uma boa fonte para observação costumava ser o debate mensal, sobre o estado da economia e da política econômica, patrocinado e publicado pelo Jornal do Brasil. (Dissemos que “costumava ser” apenas porque deixamos de acompanhá-lo há um bom tempo.)

globalização e trópico, é o desenvolvimento de esquemas balanceados de avaliação e de distribuição de recursos, que respeitem uma composição harmoniosa da nossa comunidade acadêmica.

O possível ganho com aumentos de produção, causados por medidas mais rígidas de desempenho, deve ser sopesado com a perda que tende a ocorrer nas expostas deformações de comportamento, introduzidas pelas próprias medidas. Noutro ponto, a sofreguidão na busca de processos rígidos de avaliação pode denotar problema na percepção dos avaliadores. Imaginemos um caso limite em que todos os avaliados são perfeitos homens éticos -- se nos demandam especificação maior, éticos na visão Grega (Knight 1936, p. 72). O senso de dever ou o medo da consciência, como o coloca Wagner, dispensariam qualquer avaliação.

Noutro limite, na medida em que avaliados são homens econômicos, ou como tal percebidos, avaliadores seriam levados a esquemas cada vez mais rígidos -- tome-se, numa especificação, o modelo de homem avaliador, maximizador e engenhoso de Brunner e Meckling (1977, pp. 71-5). Outros casos limites devem ser construídos para balizar uma análise, mas já se tem o suficiente para mostrar que a rigidez na avaliação tem o vício ricardiano entre suas possíveis causas.

Mais um passo nesta linha pode ser dado se generalizarmos o conceito do vício, definindo-o como *o hábito de agir sobre o real, o concreto, ignorando suas especificidades, e partindo de fundamentações puras, parciais, sejam elas teorias, doutrinas ou mesmo proposições desconexas* -- caminhamos nesta direção em Silveira (1994).

Assim, um processo de avaliação que parte da proposição de que o trabalho acadêmico se reduz à teoria pura é puro vício ricardiano⁸. A generalização do conceito permite-nos ampliar extraordinariamente o escopo do programa de pesquisa, através de conexões bem reveladoras. Tomemos traços culturais de povos, regiões, cidades. Tratar *um* nordestino (ou *um* carioca) segundo traços culturais de sua região (cidade) é preconceito, ou vício ricardiano, cuja possível gravidade pode ser aquilatada quando se lembra o já ocorrido nas discriminações de judeus e negros.

O vício ricardiano, como uso indevido da lógica e de seu imperativo na prática, está obviamente presente em todos os movimentos sociais em que a polarização (o “é” ou “não é”) se estabelece, ou é temporariamente insuflada. Facistas justificavam-se em tais polarizações, tanto quanto o faziam stalinistas. Minorias radicais procuram sempre fazê-lo, como se pode observar até na comunidade acadêmica, ou até mesmo na própria ANPEC, não obstante o pluralismo no seu nascimento.

BIBLIOGRAFIA

- Blaug, Mark. 1985. *Great Economists since Keynes*. Brighton, Sussex: Harvester Press.
- Brunner, Karl and Meckling, William H. 1977. "The Perception of Man and the Conception of Government". *Journal of Money, Credit, and Banking* IX (Feb.): 70-85.
- Buchanan, James M. 1985. *Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s*. Washington Square, NY: New York Univ. Press.
- Cantú, Césare. s/d. *Biografias de Homens Célebres*, vol. 4. São Paulo: Editora das Américas.
- Dias, Adriano Batista e Lúcia Carvalho Pinto de Melo. 1996. "Avaliação de Instituições de C&D e Multiplicidade de Objetivos". *Anais do 4º Seminário de Modernização Tecnológica Periférica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

⁸ Dias e Melo (1996, p. 21) apresentam uma caracterização mais simples e geral do vício, apesar de não se referirem a ele: "A formulação de modelos onde a produção múltipla, caso geral, é tratada como se fora produção homogênea de único produto, (...) é prática geral. Embora tomar o caso particular como se fora o típico traga grandes facilidades analíticas, sempre houve, como Georgescu-Roegen (1971), quem advertisse sobre os custos de longo prazo (...) advindos de decisões baseadas em tais modelos reducionistas".

- Furtado, C. 1983. *Não à Recessão e ao Desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. 1967. *Analytical Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- , 1971. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kaldor, N. 1966. "Marginal Productivity and the Macroeconomic Theories of Distribution". *Review of Economic Studies* 33 (N. 4): 1-13.
- Knight, Frank. 1936. *The Ethics of Competition and Other Essays*. London: Allen & Unwin.
- , 1969. *Intelligence and Democratic Action*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- Krueger, F. O., et al. 1991. "Report of the Commission on Graduate Education in Economics". *Journal of Economic Literature* XXIX (September): 1035-53.
- Kuhn, Thomas S. 1971. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Lawson, T. et al. 1989. "Kaldor's Contribution to Economics: An Introduction". *Cambridge Journal of Economics* 13: 1-8.
- Lungberg, Carl. 1975. "The Prize for Economic Science, in Memory of Alfred Nobel: Speech". In *Les Prix Nobel*. 1974. Stockholm: Nobel Foundation.
- March, James G. 1978. "Bounded Rationality, Ambiguity and Engineering of Choice". *Bell Journal of Economics* 9 (Autumn): 587-608.
- and Herbert A. Simon. 1959. *Organizations*. New York: John Wiley & Sons.
- Margenau, Henry. 1966. "What is a Theory?" In *The Structure of Economic Science*, ed. by S. R. Krupp. Englewood Cliffs, NY: Prentice-Hall.
- Morgenstern, Oskar. 1963. *On the Accuracy of Economic Observations*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- Myrdal, Gunnar. 1969. *Objectivity in Social Research* New York: Pantheon.
- Nagel, Ernest. 1963. "Assumptions in Economic Theory". *American Economic Review* LIII (May): 211-19.
- Schumpeter, Joseph A. 1949. "Science and Ideology". *American Economic Review* XXXIX (March): 345-59.
- , 1954. *History of Economic Analysis*. London: Allen & Unwin.
- Silveira, Genio Maria da. 1974. "A Universidade e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Crítica". *Ciência e Cultura* 26 (mar.): 249-51.
- , 1977. "A Indeterminação de Morgenstern". *Revista Brasileira de Economia* 38 (out./dez.): 357-83.
- , 1977. *Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).
- , 1977. "A Indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política* 11 (out/dez): 70-88.
- , 1978. "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária". *Revista Brasileira de Economia* 48 (abr./jun.): 203-16.
- , 1978. "A Sedição da Escolha Pública: Variações sobre o Tema de Revoluções Científicas". *Revista de Economia Política* 15 (jan./mar): 37-56.
- , 1978. "A Indeterminação de Senior e o Currículo Mínimo de Economia". *Revista de Economia Política* (porvindouro). *Ensaio Econômico* nº 308, da EPGE/FGV, (julho): 1-30.
- Simon, Herbert A. 1979. "Rational Decision Making in Business Organizations". In *Les Prix Nobel en 1979*. Stockholm: Nobel Foundation.
- Wagner, Adolf. 1886. *Systematische Nationaleconomie in the Jahrbucher fur Nationaleconomie und Statistik*. Translated in the *Quarterly Journal of Economics* I, "Wagner on the Present State of Political Economy" pp. 113-33.



N.Cham. P/EPGE SPE S587a

Autor: Silveira, Antonio Maria da.

Título: Avaliação do desempenho académico :



083819

48260

FGV - BMHS

N° Pat.:F1085/98

000083819

